

POLÍTICA

MEIO AMBIENTE

Gov. deve conceder 20 parques estaduais

Planejamento até 2026 foi apresentado em audiência pública realizada ontem na Assembleia Legislativa de Minas

Até 2026, o governo de Minas pretende consolidar parcerias com a iniciativa privada, para a concessão de exploração em 20 parques estaduais. O primeiro contrato foi assinado em agosto do ano passado na Rota das Grutas Peter Lund, da região Central, que deve redundar numa economia de R\$ 4 milhões anuais para os cofres do Estado. Os dados foram apresentados em audiência pública da Comissão Extraordinária das Privatizações da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ontem (24).

tipo de parceria traz mais segurança e melhor qualidade de atendimento para os visitantes, pois os contratos exigem do investidor respeito às normas de manejo das unidades, investimentos em serviços e equipamentos ofertados e compartilhamento das receitas com o Estado.

desafogar os cofres públicos e representar ganhos para os turistas, com a melhoria dos serviços ofertados nos parques estaduais.

contratos de concessão. Ele é favorável à implementar as parcerias nas 94 unidades mineiras, por acreditar que vão melhorar as condições desses equipamentos naturais.



Cecília Fernandes afirmou que o objetivo é fomentar o ecoturismo

O andamento do Programa de Concessão de Parques Estaduais (Parc) do governo foi apresentado pela Coordenadora do Núcleo de Projetos Especiais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Cecília Fernandes de Vilhena. De acordo com ela, o contrato já assinado será por 28 anos, e permite ao concessionário desenvolver atividades e implantar equipamentos que incrementem o setor de turismo nas unidades de conservação.

Nos modelos adotados pelo governo mineiro, continuará sob responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas (IEF), que atualmente cuida de todas as unidades, o monitoramento e fiscalização dos parques concedidos e aprovação das atividades e obras a serem executadas.

A chefe de Gabinete do IEF, Elce Maria Ribeiro, completou que os recursos devem ser direcionados para ampliar a atuação do instituto para a preservação dessas unidades. "Estamos confiantes que isso vai trazer bons resultados para o nosso Estado", disse ela.

"Já comande unidades de meio ambiente na Polícia Militar e os parques ficam jogados, sem cuidados, sem a devida atenção e exploração econômica" explicou. Na opinião do deputado, as receitas geradas pelas concessões podem ajudar a conservar melhor e divulgar os parques para o mundo, aumentando o fluxo de turistas. (Com informações da ALMG)

Para Cecília Vilhena, a transferência da gestão também vai desafogar o IEF, que poderá se dedicar com mais eficiência às suas funções finalísticas de implementar e desenvolver políticas públicas de preservação, conservação e uso sustentável dos ecossistemas do Estado.

Cecília Vilhena assegurou que as concessões vão ser feitas apenas sobre 3% a 5% das áreas dos parques, que serão destinadas ao turismo. O restante continuará a ser utilizados para preservação ambiental. Os contratos também asseguram, de acordo com a coordenadora, isenções e descontos nas cobranças de ingressos para as comunidades onde estão inseridas as unidades.

REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA

PL da renegociação avança na ALMG

Para Cecília Vilhena, a transferência da gestão também vai desafogar o IEF, que poderá se dedicar com mais eficiência às suas funções finalísticas de implementar e desenvolver políticas públicas de preservação, conservação e uso sustentável dos ecossistemas do Estado.

Cecília Vilhena assegurou que as concessões vão ser feitas apenas sobre 3% a 5% das áreas dos parques, que serão destinadas ao turismo. O restante continuará a ser utilizados para preservação ambiental. Os contratos também asseguram, de acordo com a coordenadora, isenções e descontos nas cobranças de ingressos para as comunidades onde estão inseridas as unidades.

O Projeto de Lei (PL) 3.711/22, do deputado Hely Tarquínio (PV), que autoriza o Poder Executivo a celebrar Contrato de Confissão e Refinanciamento de Dívidas com a União, já está pronto para ser votado de forma definitiva em 2º turno pelo Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

ao vencido. O autor do PL 3.711/22, Hely Tarquínio, preside a FFO.

lic. Os contratos com a União precisam ser assinados até 30 de junho de 2022.

dispositivo com a definição das garantias à referida operação. O objetivo é autorizar a vinculação ao contrato de receitas previstas na Constituição Federal, em garantia ou contragarantia à União, em caráter irrevogável e irretroatável, pelas obrigações por ela assumidas no termo a ser firmado. Entre essas receitas estão as oriundas de impostos como ICMS, IPVA e ITCMD.

A Rota das Grutas Peter Lund é composta pelo Parque Estadual do Sumidouro, localizado nos municípios de Pedro Leopoldo e Lagoa Santa, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), além dos monumentos naturais estaduais Gruta Rei do Mato, em Sete Lagoas, e Peter Lund, em Cordisburgo, ambos na região Central de Minas.

O governo já está realizando consultas e audiências públicas visando à abertura das parcerias para os parques do Ibitipoca (Zona da Mata) e Itacolomi, que abrange Ouro Preto e Mariana, na região Central. Também estudos técnicos estão sendo realizados sobre o Rola Moça e outras formas de parcerias com outras unidades no Estado.

A matéria, que representa uma alternativa à adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), teve parecer favorável aprovado pelos deputados da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) ontem.

O refinanciamento pretende regularizar o pagamento de parcelas da dívida com a União não pagas em decorrência de decisões judiciais relativas a ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2020. Essa possibilidade foi trazida pela Lei Complementar Federal 178, de 2021, que, no intuito de auxiliar estados e municípios durante a pandemia de Covid-19, promoveu a revisão do RRF, instituído em 2017.

Parecer - O parecer aprovado na FFO lembra que, segundo seu autor, o PL 3.711/22, ao possibilitar a regularização do pagamento de valores da dívida inadimplidos em virtude de decisões judiciais, é um importante instrumento para as contas públicas estaduais uma vez que confere ao Estado condições favoráveis para tal.

"Conforme manifestação desta comissão no 1º turno, consideramos que a implementação das medidas constantes no vencido não contraria a legislação referente à matéria financeira e orçamentária, em especial a Lei Complementar Federal 101, de 2000", aponta Tarquínio, em seu parecer. (Com informações da ALMG)

Objetivo do governo com o programa, lançado em abril de 2019, é, por meio das concessões, ampliar o ecoturismo, com geração de emprego e renda. "Os parques têm um grande potencial e vocação natural para o turismo", afirmou Cecília Vilhena.

O parecer, do deputado Cássio Soares (PSD), vice-presidente da FFO, foi pela aprovação da proposição na forma do substitutivo nº 1

A medida confere aos estados prazo para pagamento de 30 anos e supressão dos encargos de inadimplência do saldo devedor, assim como correção e juros pelo IPCA + 4% ao ano, limitada à taxa Se-

O parecer lembra ainda que o projeto, na forma aprovada pelo Plenário em 1º turno, foi aprimorado ao autorizar o Executivo a oferecer garantias ou contragarantias à União, pelas obrigações assumidas no contrato de refinanciamento. Na prática, foi incluído

Relatório - Ela citou o relatório produzido pelo Instituto Semeia em 2021, que estima a geração de até um milhão de empregos e contribuição com cerca de R\$ 44 bilhões para o Produto Interno Bruto (PIB) a partir da exploração turística dos parques brasileiros.

Demora - Para a subsecretária de Estado de Turismo, Degislaine da Silva Souza, as parcerias entre o Estado e a iniciativa privada podem

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 9015/2022

PREZADOS ACIONISTAS DA SEVEN CAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A. - Convocamos-lhes para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), a realizar-se no dia 03 de junho de 2022, das 14:00 hs às 18:00 hs.

COOPERATIVA DE TRANSPORTE ESCOLAR E DE PESSOAL DE MINAS GERAIS CTESPMG - Edital de 1º, 2º e 3º Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Edital de Licitação Processo Nº: 1996223-73/2014.8.13.0261. Classe: (CIVEL) Busca/Apresentação em Aduanação de Bens - Edital de Licitação - Edital de Licitação - Edital de Licitação - Edital de Licitação - Edital de Licitação

MG SEGUROS, VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. - Convocação - Assembleia Geral Ordinária de Re-afiliação

IPSEMG - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG - AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Justiça de Primeira Instância - Comarca de FORMIGA - 2ª Vara Cível do Estado de Minas Gerais - Processo Nº: 0008237-86/2017.8.13.0261. Classe: (CIVEL) Busca/Apresentação em Aduanação de Bens

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO MOBILIÁRIO E DE ARTEFATOS DE MADEIRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - ASSEMBLEIA GERAL

PREZADOS ACIONISTAS DA B7 PARTICIPAÇÕES S.A. (PARQUE BRASIL) - Convocamos-lhes para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) a realizar-se no dia 03 de junho de 2022, das 08:00 hs às 12:00 hs.

COMARCA DE GUAIXUPÉ - ESTADO DE MINAS GERAIS - CONDUPÁSQUA CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA - Em recuperação judicial - Processo Judicial nº 0287.004923-7/12. Primeira Vara Cível - EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES

ATA Nº 002/2022 DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CNPI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A. - Edital de Licitação - Edital de Licitação - Edital de Licitação - Edital de Licitação - Edital de Licitação

EDITAL DE LEILÃO - Gustavo Costa Aguiar Oliveira, Leiloeiro Oficial, Mat. JUCEMG nº 507, devidamente autorizado pelo credor fiduciário abajoo qualificado, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo Presencial e Online o imóvel a seguir descrito nas seguintes condições